

## Os “nãos” do pai

Marie-Christine Laznik

A respeito da função paterna vamos tentar interrogar mais precisamente a questão da metáfora paterna e do papel do pai real, como nos mostra a céu aberto uma situação excepcional: a do tratamento de uma criança autista muito pequena. Se eu digo “a céu aberto”, é porque me parece que nos casos “normais”, nós só podemos reconstruir a questão da metáfora paterna no só-depois, porque quando nós chegamos ao drama, se se pode dizer assim, esta metáfora já está lá. Supomos que ela pôde instaurar-se, mas essa instauração é talvez mítica. E o que constatamos, são sobretudo as vicissitudes da resolução do Édipo, a questão da castração e a identificação ao pai.

Para situar nossa fala partiremos do desdobramento que Lacan propõe no seminário sobre *As formações do inconsciente*<sup>1</sup>.

*Os três tempos do Édipo nos quais intervém a função paterna.*

Como sabemos, no *primeiro tempo* a criança procura saber o *desejo da sua mãe*. Claro que isto pressupõe que esta mãe esteja ela própria perseguindo um desejo e que deste modo ela como que desenhando um lugar fálico primitivo, possa significá-lo para a criança. O problema para a criança se coloca em termos de ser ou não desejada, quer dizer, de poder vir ocupar este lugar do desejo da mãe. A questão fálica é portanto posta desde esse primeiro tempo e Lacan acrescenta ainda que a *metáfora paterna* já deveria operar

aí. Veremos a partir da clínica o que se pode entender por *metáfora paterna*.

*Segundo tempo*: o pai intervém como privador da mãe. Aqui o pai é o *interditor* e com a sua palavra, enquanto diz não, que se tem que lidar. Sua presença é privadora enquanto que é ele que suporta a lei. Isso não é simplesmente velado, mas mediado pela mãe que se faz portadora da palavra do pai. Segundo Lacan, esta mediação da palavra paterna pela mãe parece bastar e é somente no terceiro tempo que ele introduz o *pai real*.

*Terceiro tempo*: o pai é um portador “potente” que pode satisfazer a mãe, e a criança vai poder se identificar a esta instância paterna enquanto Ideal do Eu.

O material clínico que nós dispomos parece poder esclarecer a questão do *primeiro surgimento da metáfora paterna*. É a isso que consagraremos a primeira parte deste trabalho.

É em seguida à elucidação do *segundo tempo da função paterna* que nos parece interessante submeter esse material clínico, tendo em vista questões como:

Será que esse pai, suporte da lei, esse pai interditor pode bastar ser mediado pelo discurso da mãe?

O que vai nos levar a colocar a questão do estatuto da própria interdição: será que a interdição se confunde com o enunciado da lei ou será que ela implica por sua natureza um sujeito da enunciação? Em outras palavras, será que para operar, esse interdito não deve veicular alguma coisa do desejo daquele que o suporta? Mas então, neste caso, por que meio a criança terá acesso, senão pela própria voz que veicula esse interdito? Nós vemos perfilar-se aí ao fundo a “voz forte”, e assim sendo a constituição do *Superen*.

Um interdito é um enunciado sob forma de imperativo negativo; nós discutiremos então essas relações da negação com a configuração da palavra propriamente dita.

Porém antes de abordar o material clínico me parece interessante frisar que o próprio Lacan põe em perspectiva a questão

do *Nome-do-Pai* com a do *não do pai*, quer dizer, da sua palavra enquanto interditora. É no Seminário dos “*Non-dupes errent*”, na aula de 19 de março de 1974, que ele faz referência. Foi somente no só-depois do meu próprio trabalho, aonde fui levada pela clínica, que reencontrei essa passagem que havia, me parece, recalcado.

Lacan se interroga aí sobre o que pode ser o Nome-do-Pai. Ele acha que isso não pode ser abordado de frente: é por isso que ele se propõe a “*mostrar como se comercializa esse nome*”. Ele lembra que é raro que o Nome-do-Pai não seja pelo menos recalcado, quando ele não é decididamente foracluído. Como portar esse nome? Lacan dá uma condição necessária mas não suficiente: é que essa que encarna o Outro, a mãe, essa que fala, traduza esse *nome* por um *não*, “*justamente o não que diz o pai e que nos introduz ao fundamento da negação*”. Trata-se do *não* do interdito, do qual, no melhor dos casos, a mãe se faz de bom grado a porta-voz. Se isso não é suficiente para introduzir o sujeito na plena dimensão do Nome-do-Pai, se poderia crer que é porque convém acrescentar a esta dimensão da interdição justamente este terceiro tempo, do qual nós falaremos mais adiante, do pai “potente” que pode satisfazer a mãe<sup>2</sup>.

#### *Apresentação do caso*

Trata-se de um pequeno garoto kabyle, Mourad, para quem foi dado o diagnóstico de autismo primário. Ele tinha dois anos e meio quando nós começamos o tratamento mãe/criança e no período que vamos relatar aqui tinha entre 3 e 4 anos.

A mãe de Mourad chegou na França quando já estava grávida dele. Apesar disso ela só fala com ele em francês e parece não manter nenhuma ligação com a mulher kabyle que ela pode ter sido antes. Seu filho é “surdo”. Ele também não apela. Contenta-se com o grito da necessidade, ao qual ela responde, no silêncio, proporcionando satisfação. Não existe entre eles nenhum corte, nem qualquer reação ao chamado do seu nome. De um primeiro casamento, a mãe tem um filho que ficou na Kabylie, o qual ela não havia revisto até a época citada neste artigo. Só fala dele a partir da minha demanda e não parece a princípio sentir nada.

Não me estenderei neste primeiro período, a não ser para dizer que nós nos achávamos aí *aquém deste primeiro tempo do Édipo* de que fala Lacan. Parece-me que nenhum lugar de terceiro era significado pela mãe para a criança, nenhum lugar fálico primitivo era situável por ele. Esta parece ser a situação habitual do autismo: a criança não vem ocupar nenhum lugar para a mãe, pois esta não pode, nesse momento de sua vida, reconhecer-se como faltante. Não porque a criança teria, de qualquer maneira, satisfeito sua mãe a ponto de deixá-la sem falha, mas porque ela se encontra como cortada de si mesma. A mulher faltante e portanto desejante nela, encontra-se como que suprimida. *Sua falta*, enquanto alguma coisa precisa *lhe resta foracluída*.

Quatro meses mais tarde, a mãe lhe fala em kabyle e nós falamos juntas da Kabylie e do outro (o primeiro filho) que havia ficado lá. As suas lembranças vão aos poucos se reatando. A mãe tinha decidido ir à Kabylie nas férias prolongadas do verão, para ver seu filho mais velho, mas não apenas por isso. Ela tinha também podido falar do extremo interesse que havia suscitado nela a doença mental do seu primeiro marido. Ela conta então que não escreve diretamente para seu filho mais velho, na casa do seu primeiro marido, *“porque o pai desse aí poderia ficar com ciúmes”*, diz apontando Mourad. A esta evocação, absolutamente inabitual, do seu pai ciumento, o *“esse aí”* em questão começa a urrar assustadoramente.

É portanto num momento traumático violento, que surge para esta criança a questão do lugar fálico, esse lugar mais além, onde a mãe poderia faltar e então desejar: esse primeiro tempo da configuração da função paterna do qual Lacan fala.

Na sessão seguinte surge um roteiro que não deixou de me intrigar e talvez de me ensinar. Eu já tive oportunidade nas nossas Jornadas sobre a Oralidade (em Paris) e na Faculdade de Louvain, de fazer referência à questão traumática. Vou me permitir retomá-la, porque me parece clarificar de modo interessante a questão da *metáfora paterna*.

*Material clínico*

A criança pega a mãe pela mão sem olhá-la, para levá-la a um armário que havia no meu consultório. Eu lembro a ambos que disse a Mourad que era preciso que ele endereçasse uma demanda a sua mãe se ele quisesse qualquer coisa, que esta mão não era ele.

Para minha surpresa, ele então enuncia “*mama*”, puxando sua mãe para o armário. Ele coloca na minha mão uma marionete que representa um animal peludo, cuja bocarra pode abrir-se e fechar-se. “*Imm!*”, me diz. É a primeira vez que se interessa por uma marionete.

A mãe ouve a palavra *izim*, que quer dizer leão em kabyle.

A criança me mostra por gestos e barulhos que, enquanto sua mãe tenta juntar-se a ele no interior do armário, eu devo morder as mãos juntas da mãe e da criança.

Eu aceito executar o roteiro. Quando a bocarra do bicho morde as duas mãos, separando-as, ele não sente nenhum medo, nenhuma angústia, muito pelo contrário, ele fica muito contente e me pede para recomeçar. Depois ele sai sozinho do armário, vem pegar o bicho na mão e beija-o carinhosamente. É a primeira vez em sua vida que um beijo encontra um endereço. Esse roteiro me incomoda, eu direi mais adiante porque. Eu aceitarei contudo representá-lo novamente a partir do seu pedido nas sessões seguintes, e serei também agradecida com um beijo estalado, o primeiro em um ser humano. Logo depois de uma dessas repetições, Mourad nomeia a marionete “*baba*”. Eu pergunto à mãe se “*baba*” é *papai*, como indica meu dicionário de kabyle, mas a mãe recusa essa tradução: “*babab quer dizer cachorro na linguagem infantil*” (eu nunca pude confirmar esta hipótese da mãe).

Contudo, esse *izim*, que a mãe pensou ouvir no *Im-Im* de seu filho, não é um significante anódino para representar um leão. Existem várias palavras em kabyle para dizer leão. *Izim* é a que se presta melhor à metáfora paterna: é o *homem forte, face ao qual, os outros homens, os cachorros, seguem*. É o *leão do rebanho, o chefe da família*.

Como se o que a mãe não podia escutar do apelo do filho a esse pai passasse, apesar de tudo, nisso que ela projetava sobre esse som escutado.

### *Discussão*

Abordemos primeiro o que parece mais evidente. É difícil não ver que esse bicho, essa figura que morde, que vem cortar o laço mãe/criança, seja um substituto paterno. Esta questão é citada por Freud em diversas passagens.

Em “*Inibição, sintoma e angústia*”<sup>3</sup>, em 1925, a propósito do medo que Hans tem dos cavalos, ou a propósito da fobia de lobos no caso do Homem dos lobos, Freud afirma que *trata-se sempre de um substituto paterno*.

E ainda em “*A questão da análise leiga*”, Freud diz: “*Os senhores não ficar, sem dúvida, surpreendidos ao escutarem o quanto as crianças têm medo de serem comidas pelo seu pai. Cronos engoliu suas crianças, mas também nos contos de fadas e animais, o lobo aparece e nós devemos reconhecê-lo como um disfarce do pai*”.

Tudo isso poderia ser compreendido, e só seria afinal de contas atribuindo a responsabilidade aos avatares da angústia de castração própria ao complexo de Édipo.

O que contudo é problemático, é o mal-estar que havia sentido face a esse roteiro e que penso estar ligado a duas ordens de motivos diterentes que parecem poder nos orientar nesse assunto.

Em primeiro lugar, o que me incomodava em Mourad era justamente a *completa ausência de angústia*. Mais que isso: o júbilo, diante do ato de mordedura cumprido pelo Izim e o amor sem desconfiança que exprimia pela marionete e sua analista que a representava, amor que jamais havia sido capaz de exprimir a alguém antes. Uma tal “positividade” foi para mim difícil de entender.

Em segundo lugar, eu não suportava muito bem ter representado esse papel de *boca devoradora*, que me parecia ser da ordem de um “supereu obsceno”.

Tomemos o primeiro ponto: a ausência de angústia. Freud abordou esta questão em *Totem e tabu*, mais precisamente no capítulo concernente ao *retorno infantil do totemismo*. Freud o chamava de *totemismo positivo*, para opor aos casos mais frequentes de zoofobia, tal como já conhecemos com Hans. Ele cita Ferenczi com a história do “garoto dos galos”, Arpad. Cita ainda o caso do Dr. Wulf, que tinha descrito uma história de um garoto que amava os cachorros que poderiam mordê-lo e lhes declarava abertamente seu amor. Freud também se incomoda muito com essa ausência de angústia, mas considera evidente que *é preciso, no lugar do animal totêmico, introduzir o pai*.

Me parece que agora se pode propor uma hipótese que dê conta disso, a partir da noção lacaniana da *metáfora paterna*, introduzida no seminário sobre *As formações do inconsciente*.

É numa relação de *substituição* que esse pai devorador é introduzido – ou em todo caso, a figura paterna do animal que morde. Mas substituição a quê?

Lacan já havia falado de uma possibilidade de substituição desse tipo a propósito do pequeno Hans<sup>4</sup>. Ele coloca em paralelo a questão da devoração materna – situação sem saída negociável – com a questão da mordida do pai, mais negociável, pois não reenvia ao engolimento e pode deixar imaginar um assassinato possível do pai, uma evisceração do pai. Ele retoma então por sua conta os temas do mito de Cronos.

Para Mourad, me parece que é quanto ao perigo de ser engolido pela mãe que a cena do bicho grandão, *Iz'im*, vem trazer uma possibilidade de substituição metafórica.

É de fato possível que no momento em que a mãe se achava excluída de toda representação da falta para ela, ela tenha tido essa experiência de vazio, de buraco, no qual a criança se sentia tragada com ela.

Aliás, mais tarde, quando Mourad falar, ele dirá: “*Mamãe coloca Mourad no buraco*”.

*Ixim*, o leão, viria em substituição metafórica do *buraco*. Tratar-se-ia do buraco do real, enquanto que vazio de toda vida de fantasia.

A ausência de angústia seria devida portanto ao fato que esse bicho que morde, esse *Ixim*, é um verdadeiro achado face ao perigo do engolimento, o qual ele vem metaforicamente substituir.

Contudo me parece haver uma segunda dificuldade. Meu sentimento desagradável de representar uma boca devoradora que me evocava um supereu obscuro. Esta obscenidade reenvia talvez ao gozo implicado no barulho da voz forte que o bicho devia fazer enquanto ele mordia.

Não haveria aí – mas isso é uma simples hipótese pessoal – na metáfora paterna ou nos seus avatares totêmicos, alguma coisa que ultrapassaria a simples substituição significante? Alguma coisa que suporia um gozo? Nós sabemos que quando Freud fala do pai da horda primitiva, ele faz propositalmente alusão a seus abusos, seu desregramento, seu gozo.

Não estaríamos aí frente a um *duplo aspecto da imagem paterna*: o gozo do pai no *Totem e Tabu*, que vem em contraponto ao pai interditor do complexo de Édipo? O segundo aspecto aparece também na cena do bicho grandão; morder as mãos reunidas da mãe e da criança tem função de corte, privando a mãe do seu produto, interditando-o. Mas isso já nos introduz no segundo tempo da função paterna.

Antes de seguir, apenas uma observação: por que esta substituição da figura paterna pelo leão *Ixim*?

Isso nos introduz à questão da *carência do pai real*. Nesse sentido eu penso numa cena que a mãe me contou pouco tempo antes: Mourad tira o seio da sua mãe na frente do seu pai e se põe a mamar e brincar com ele. À minha pergunta do que fez o pai, ela me responde: “*Ele riu*”.

Retomemos agora o material clínico. Em seguida a essa série de sessões, o pai informa à mãe que não irá à Kabylie com eles. A



mãe e a criança se afundam num buraco depressivo. Todo trabalho parece anulado.

Eu falo à mãe sobre minha impotência em fazer algo pelo seu filho e peço para ver o pai.

### *O nascimento do não*

O “não” vai surgir de um enunciado onde eu dou um limite e uma proteção a um objeto que o representa.

Em seguida, ele vai girar em torno do uso ou não da torneira que há na minha sala.

Eu tinha decidido não me deixar ultrapassar, e tinha dito à criança que nós desligaríamos a água a cada vez que ele a jogasse no chão, o que não impediria que se pudesse usar a água na sessão seguinte. Para meu espanto não somente ele não se revoltava diante deste limite, mas parecia mesmo provocar a situação para ouvir dizer-lhe não. Ele me olhava, muito contente, depois colocava sua mão de novo na torneira, encantado de ouvir repetir: “*não, não abra, você sabe, nem eu nem você podemos nos permitir sujar o Centro*”.

### *O pai na sua realidade*

O pai termina vindo uma primeira vez em fevereiro. Ele está muito deprimido, tendo tomado consciência do autismo de seu filho e me pergunta se ele falará um dia.

Eu me escuto dizer ao pai que seu filho está precisando de “não” para se alimentar. Os próximos seguimentos indicam que o pai entendeu alguma coisa, mesmo que isso tenha sido muito difícil para ele.

### *Os “nãos” do pai*

O pai vai retornar em março. O filho desenvolverá frente a ele um roteiro que consiste em colocar a massa de modelar na boca. É um roteiro que ele já fez. A mãe tentou proibí-lo verbalmente de comer a massa de modelar. Os “não!” da mãe divertiam muito o

filho mas não o impediam em absoluto de continuar. Ele retoma esse roteiro como se esperasse que seu pai lhe dissesse qualquer coisa. Eu sustento bastante o pai e isso lhe permitirá manter um *não* face a seu filho. Ele diz ter muita dificuldade para lhe recusar o que quer que seja e explica isso pelo mal-estar que sente frente à doença do seu filho. Eu sublinho o caráter lastimável desse pai nessa época.

O que me parece interessante é precisar como a mãe e eu nos tornamos mediadoras da palavra paterna.

A partir desse *não* do pai a criança aproximará a massa de modelar da sua boca olhando-nos e bastará lhe dizer: “*O que disse papai? Ele disse não!*” para que imediatamente, com um grande sorriso, ele retire a massa de modelar da sua boca, isso se tornando um objeto de jogo.

Eis-nos então todos submissos a esta palavra do pai; ele porque obedece, nós, a mãe e eu, porque somos agora mediadoras desta palavra paterna. O que não impede que isso só tenha podido se fazer depois que o pai a tenha realmente sustentado, que esse enunciado – que aliás é um interdito que concerne à esfera oral – *que esse enunciado, o pai real tenha podido vir proferi-lo*. Pouco importa o caráter aparentemente irrisório do objeto interditado; o que interessa talvez seja justamente seu caráter arbitrário, que não remete a nenhuma outra coisa senão a um desejo desse pai.

O fato é que, ao final desse mesmo mês de março, nós temos o vestígio de um começo de palavra na criança, *começo de palavra que, como nós vamos ver, nasce a partir desta estrutura mesma da negação*.

Mourad bebe um copo de água da torneira da minha sala; depois, com o copo vazio, ele faz a mímica de uma situação onde ele entorna o conteúdo do copo no chão. Em seguida ele leva sua mão em direção à torneira como se fosse fazer a mímica de reabri-la.

Eu me deixo levar pelo jogo e lhe digo: “*não jogue água no chão senão será preciso fechar*”.

Mourad entra em júbilo. Eu conto ao Dr. Bey<sup>5</sup> o que se passou pouco antes da sessão. Mourad tinha querido de qualquer maneira me acompanhar a uma outra sala. Lá ele tinha feito a mímica de tocar nos objetos pessoais de uma colega a quem pertencia a sala para que Sra. Laznick lhe dissesse “*não*”.

“*Pas!*” (nãol) corrige Mourad que escuta atentamente o que eu conto. É aí que entendo o que acontecia há um certo tempo: os “*pas-pas*”, que tinham sido pronunciados no começo como “*bas-bas*”, seriam para ele a forma negativa. Da estrutura da negação “*ne pas*”, ele deixa cair o primeiro termo retendo o segundo em forma redobrada. Eu então me dei conta de que o francês era de certo modo uma língua engraçada onde o “*pas pas*” implica também a segunda parte da fórmula da negação.

No final da sessão, Mourad não quer se separar de um lego com o qual ele jogou.

Eu lhe digo: “*Você me dá?*”

Mourad: “*Dó pas*” (não dá).

A mãe associa sobre o fato de que vindo, ela lhe havia dito: “*Vamos na sra. La...*”

E Mourad completa de novo frente a nós: “*Nin*”.

Nós vemos aí que o não do pai corresponde à possibilidade mesma da negação, a qual é constitutiva da ordem da linguagem.

Nós vamos agora introduzir ainda um fragmento clínico para situar o problema seguinte.

*Existe uma diferença entre o enunciado da lei e a enunciação do seu interdito?*

Algumas sessões depois o pai retorna por vontade própria. Eu lhe conto que desde que ele disse “nãol” a seu filho este não come mais massa de modelar.

O pai: “*De tempos em tempos eu consigo dizer não, mas às vezes eu não posso*”. E ele se deprime.

Mourad então, de modo absolutamente ostensivo, retoma a cena da massa de modelar. O pai exclama com uma voz forte: “*Não! É proibido!*”

Mourad repete a palavra após seu pai com o mesmo tom de voz e um prazer incontestável.

A partir dessa sessão, quando Mourad aproxima a massa de modelar da boca, será preciso dizer: “*O que disse papai?*”

Mourad (com sorriso nos lábios): “*É proibido!*” retomando não somente o enunciado paterno, mas também sua melopéia.

No final da sessão, Mourad retoma outro roteiro habitual: trata-se de roubar a garrafa da bela secretária. Como seu pai lhe disse “*não!*”, Mourad bate em sua própria bunda dizendo: “*papa palmada*”.

A partir desse material clínico, poderíamos dizer que *o apelo do filho ao pai é o apelo a um sujeito da enunciação?*

O que existe por trás dessa violência, esse elemento em todo caso passional, que a criança procura desencadear no pai?

Não é a isso que reenvia o que Lacan, no final do seminário *A Relação de Objeto*, falando da predominância da esfera auditiva na formação do supereu, acrescenta que aquilo que a criança percebe da palavra logo de início é a estrutura, antes do sentido? Parece aqui em todo caso que o interdito não se suporta somente de uma palavra, mas também de uma voz.

Certas questões levantadas aqui me foram sugeridas pela leitura de um artigo de Sabine Prokhoris que se intitula: *Entre dizer e não dizer, o interditar: ambiguidades da função do pai*, publicado numa obra coletiva sobre “*O Pai*” editada pela Denoel. Este artigo parece trazer um certo número de elementos que se esclarecem a partir do material clínico que nós acabamos de escutar.

A propósito do *interdito*, ela faz notar o quanto se vê que a palavra é praxis. Sabine Prokhoris sublinha o quanto todo discurso que toma forma está dentro do jogo do interdito. Um interdito é um enunciado sob a forma imperativa negativa. É o imperativo que dará

consistência ao surgimento de toda palavra, e isto primeiramente em sua forma negativa.

Ora, é exatamente o que se passa no caso Mourad, cujo primeiro enunciado é “*Dô (ne) pas!*” (não dá!).

Esta negação parece ser o traço dos limites que, em primeiro lugar fundam o dizer propriamente dito, e “*É exatamente o fio cortante da negação que faz erguer a palavra*”, como diz Sabine Prokhoris e como nós o constatamos nesse garoto.

O interdito parece achar-se nos confins da linguagem, lá onde linguagem e ato se juntam, lá onde a linguagem é ato de separação do Outro. O interdito provém da função do pai, e coloca-o em jogo como sujeito da enunciação. O pai vai ter um papel ambíguo; ao mesmo tempo ele interdita e, por seu próprio enunciado, ele é convite, apelo à transgressão.

Nós não ficaremos portanto surpresos de ver um ano após o roteiro do *bicho grandão*, como no caso de Mourad, *o sujeito do desejo surgiu na passagem escavada pelo interdito*.

Essa criança fala, ela apresenta contudo uma dificuldade de todo modo particular, de sustentar um enunciado enquanto sujeito; isso quer dizer que quanto ao discurso do Outro, ele tem sobretudo tendência em tomá-lo ao pé da letra sem invertê-lo.

Existe entre nós um contrato, notadamente a propósito do uso da torneira. Quando ele parece burlar o contrato e a água transborda, eu lhe lembro que tenho de respeitar os lugares nos quais trabalho e que então serei obrigada a desligar a água da torneira. Em uma dessas ocasiões ele acrescenta:

Mourad: “*O sr. dr. B (trata-se do médico diretor) foi que disse*”.

Às vezes me acontecia ter que interromper o jogo com a água. Eu notei rapidamente que em tal caso, não existe erro possível ao nível do sujeito do enunciado.

Mourad: “*Eu quero água por favor*”.

E acrescentando, às vezes, “*É preciso falar com o papai*”. Terceiro daqui por diante resolvidor de uma eventual dimensão de confrontação dual imaginária que a situação comporta, ele será frequentemente evocado, sempre com um resultado muito apaziguador. Mesmo em casa, sozinho com sua mãe, esse terceiro será doravante evocado.

Ele às vezes desencadeará o “roteiro”, lançando uma gota minúscula de água no chão e enunciando: “*Tem água no chão, então somos obrigados a parar*”. Trata-se aí verdadeiramente da gota simbólica, suficiente contudo para desencadear o interdito que ele mesmo é encarregado de lembrar, e que lhe permite exclamar: “*Eu quero água!*”. E mais uma vez eu constato o quanto é a própria letra do interdito que funda o desejo, que permite ao sujeito advir. Contudo, se a interrupção da água da torneira é devida ao simples fato de que, por exemplo, ele não jogava mais, será capaz de enunciar que: “*Eu te ajudo*”, como forma da demanda de reabrir a torneira. Como esta demanda não vem se sustentar em nenhum desejo apoiado na letra de uma lei, o sujeito vacila.

Sabemos que Lacan, no seminário da *Ética*, funda o gozo sobre a Lei. Ele faz notar que se o gozo consiste num forçar da barreira do princípio do prazer, se uma transgressão é necessária para aceder ao gozo, é a própria letra do interdito que permite que esse gozo encontre um caminho. A propósito justamente desta articulação, Lacan fez alusão a uma passagem de São Paulo que ele lê da seguinte forma: “*Que diremos então? Que a lei é desejo? Claro que não! Mas não cheguei a conhecer o desejo a não ser por meio da lei. De fato, eu teria ignorado o que é a cobiça se a lei não dissesse: Não cobiçarás! Mas, aproveitando-se da ocasião, o desejo, por meio do preceito produziu em mim toda espécie de cobiça, porque se não existisse a lei, o desejo seria coisa morta*”<sup>6</sup>. Lacan cita a passagem, substituindo nela “*Pecado*” que está no texto de Paulo, por *desejo*.

Eu acho Mourad extremamente Pauliniano.

Tradução: Cláudia Fernandes

## Notas

1. J. Lacan, Seminário de 22 de janeiro de 1958.
2. Mas me parece, de fato, que isso tem muito mais a ver com o que Lacan nos ensina através das fórmulas da sexuação: que todo homem só pode reconhecer-se na sua relação com a castração, e portanto com o gozo fálico, por meio de uma referência a um pai que não seria submetido a ela. Estas questões ultrapassam entretanto o enquadre deste trabalho, pelo próprio fato de que elas parecem ultrapassar essa mãe e essa criança.
3. E.S.B. vol. XX.
4. J. Lacan, Seminário *A Relação de Objeto*. Ele aí indica, a propósito da mordida do cavalo de Hans, que o que morde está do lado do falo. Ele chega a falar de “*phallus dentatus*”, para opor à famosa “*vagina dentata*”.
5. Que é quem faz as anotações e graças a quem nós podemos reconstituir tão fielmente os dizeres da criança.
6. São Paulo, Epístola aos Romanos (VII, 7).

## Sobre a Autora

Psicanalista, membro da *Association Freudienne Internationale*. Trabalha com crianças autistas em consultório e atua no Centre Alfred Binet, no atendimento a bebês. É autora do livro *Vers la parole* (Denoel; ed. bras.: Escuta, 1997). *Ágalma* publicou os seus seguintes artigos: “O patronímico de uma criança como puro traço diferencial”, in *Desenho: por que não?* (1992); “Por uma teoria lacaniana das pulsões”, in *Dicionário de Psicanálise – Freud & Lacan, vol. 1*. (2ª ed., 1997); “Poderíamos pensar numa prevenção da síndrome autística?” in *Palavras em torno do berço*, Daniele de Brito Wanderley, org. (1997) e “Do fracasso da instauração da imagem do corpo ao fracasso da instauração do circuito pulsional” no volume *O que a clínica do autismo pode ensinar aos psicanalistas* (2ª ed., 1998), do qual também é organizadora.